

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL N° 071**

Período: de 04/03/03 a 07/03/03

Franca – Brasil

- 1 - Governadora do Rio quer Exército nas ruas por mais 30 dias
- 2 - Morte de civil por militar causa repercussão
- 3 - Colunas comentam presença das Forças Armadas no Rio de Janeiro
- 4 - Ex-Ministro critica uso das Forças Armadas para policiamento
- 5 - Estados Unidos querem Exército contra o tráfico na América Latina
- 6 - Alemanha diz que Brasil apóia memorando antiguerra
- 7 - Deputado quer tirar Alcântara da pauta Congresso Nacional
- 8 - Presidente da Colômbia em busca de apoio contra o narcotráfico e mais cooperação
- 9 - Colin Powell pede ajuda financeira para a Colômbia
- 10 - Avião da Força Aérea Brasileira cai no Estado de Goiás

Governadora do Rio quer Exército nas ruas por mais 30 dias

A governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, pediu no dia 03 ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que o Exército permaneça por mais 30 dias nas ruas do Rio e das cidades da Região Metropolitana. Rosinha propôs que as tropas continuem fazendo o patrulhamento ostensivo nas ruas, enquanto a polícia realizaria operações especiais. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a se reunir no dia 05 com os ministros Márcio Thomaz Bastos, já citado, José Viegas, da Defesa, e José Dirceu, da Casa Civil, para discutir o assunto, mas adiou a decisão. Também não houve nenhum pronunciamento oficial a respeito. Acredita-se que a medida encontre resistência por parte dos militares. Segundo José Dirceu, o presidente aprovou a colaboração dos militares durante o Carnaval, apesar do incidente envolvendo a morte de um civil por um militar: o professor de inglês Frederico Branco de Faria, de 56 anos, foi alvejado por um militar depois de se recusar a parar numa *blitz* do Exército. Em nota à imprensa, o Comando Militar do Leste (CML) informou que já instaurou um Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar as reais circunstâncias do fato. Porém, a mesma nota afirma que "em face das atitudes suspeitas do motorista falecido, aos militares não restou outra opção senão recorrer ao uso da força". O Exército frisou que a sua atuação no caso ocorreu "dentro do estrito cumprimento do dever legal". "Os militares", diz a nota, adotaram "todos os procedimentos legais para esse tipo de situação". Ainda segundo a nota, esses procedimentos obedecem à orientação prévia fornecida pelo Ministério Público Militar. Apesar do incidente, o secretário de Segurança Pública Josias Quintal defendeu a permanência das tropas militares nas ruas por tempo indeterminado com a Operação Guanabara. Na avaliação do secretário, a presença dos militares foi positiva porque "aumentou a sensação de segurança da população". Quintal enfatizou a importância do trabalho do Exército nas linhas Amarela e Vermelha e na Avenida Brasil, que se iniciou desde o dia 01 com a operação, que reúne as Forças Armadas e as polícias Federal, Civil, Militar e Rodoviária Federal. A Operação Guanabara é coordenada pelo general-de-exército Luiz Seldon da Silva Muniz, comandante do CML, a partir do Centro de Operações de Segurança Integrada (Cosi), formado por representantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Apesar

da presença do Exército no Rio, os dados sobre a segurança na cidade durante o Carnaval, apresentados pelo próprio secretário Quintal, mostraram que o número de homicídios aumentou cerca de 17% em relação a 2002 e o número de assaltos a ônibus aumentou mais de 100%, e que mais de 100 pessoas já foram mortas desde que a Operação Guanabara teve início; o secretário Quintal reconheceu as falhas do esquema de segurança. O chefe de Comunicação Social do CML, coronel Ivan Cosme, informou que enquanto as Forças Armadas estiveram nas ruas foram patrulhados 38 pontos estratégicos. O prefeito do Rio, César Maia, e também o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, defenderam a permanência das Forças Armadas. Guia informou que o governo federal dará a contrapartida para um financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a recuperação do turismo no Rio, e que a verba poderá ser usada até mesmo para programas de combate à violência. O valor e a duração do financiamento ainda não foram estipulados. O programa, intitulado Prodetur, deverá alcançar também os Estados de Minas Gerais, São Paulo e o Distrito Federal. Além disso, O governo federal elaborou um plano emergencial para conter a violência no Rio de Janeiro, a ser apresentado à governadora Rosinha Matheus. As medidas de segurança serão finalizadas pelo Ministério da Justiça até o fim da sexta (07), mas dependem do aval da governadora para serem implementadas. A idéia do ministro Márcio Thomaz Bastos é reduzir a presença das Forças Armadas no Estado gradativamente. A permanência do Exército nas ruas do Rio por mais 30 dias ainda está sendo estudada, mas dificilmente será adotada por um mês inteiro, considerada desnecessária e prejudicial na opinião do governo. Apesar de ter anunciado a solicitação há alguns dias, Rosinha só fez o pedido oficialmente na quinta-feira (06), por meio de um fax enviado a Márcio Thomaz Bastos. Durante a sexta-feira (07), Bastos esteve reunido com o chefe da Casa Civil, José Dirceu, e o ministro da Defesa, José Viegas. Os três trataram das medidas emergenciais, que só serão anunciadas depois de o governo ter certeza que a governadora Rosinha vai assumir compromissos com um plano de segurança sob orientação federal. Constitucionalmente, a política da segurança pública é uma atribuição estadual. Desde a quinta-feira (06), o número de homens das Forças Armadas nas ruas foi reduzido à metade. O Exército, por exemplo, saiu de 12 pontos, e insiste que não tem meios de manter a vigilância. Antes da reunião no Planalto, o ministro Viegas ouviu os comandantes das Forças Armadas, que sugeriram que os militares ficassem até o desfile das escolas campeãs do carnaval, no sábado (08). O governo discute ainda a criação de um grupo para combater o crime organizado no Estado; ele está sendo chamado de Missão Especial. Essa equipe teria a participação de policiais civis, militares e federais, além de integrantes do Ministério Público e da Justiça. Enquanto isso, homens do Exército e da Marinha vão permanecer nas ruas da cidade. (O Globo – Rio – 03/03/03; O Globo – Rio – 04/03/03; O Estado de São Paulo – Cidades – 04/03/03; O Globo – Rio – 05/03/03; Folha de São Paulo – Cotidiano – 04/03/03; Jornal do Brasil – Rio – 05/03/03; Folha de São Paulo – Cotidiano – 05/03/03; O Estado de São Paulo – Cidades – 05/03/03; Correio Braziliense – Últimas – 06/03/06; Jornal do Brasil – Rio – 07/03/03; Correio Braziliense – Brasil – 07/03/03; Jornal do Brasil – Rio – 07/03/03; O Estado de S.Paulo – Cidades – 06/02/03; O Estado de S.Paulo – Cidades – 07/03/03; Folha de S.Paulo – Ribeirão - 07/03/03)

Morte de civil por militar causa repercussão

A ineficácia da presença dos militares no policiamento do Rio de Janeiro e o despreparo dos mesmos para operações desta natureza têm originado críticas por parte de setores da sociedade. A morte do professor de inglês Frederico Branco de Faria veio acalorar ainda mais este debate. Apesar da namorada da vítima, Rosângela da Silva, ter confirmado a versão apresentada pelos militares (ver notícia 1 do **Informe**), o procurador da República Artur Gueiros – que requisitou a instauração de dois procedimentos administrativos (um na área criminal e outro na área dos direitos do cidadão) para apurar o caso – afirmou que existem versões contraditórias para o episódio. Segundo o procurador, “de concreto, há a morte de um civil causada por militares. A suposta orientação de atirar primeiro parece divorciada do estado de direito ainda reinante em nosso país”. O Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Josias Quintal, não considerou o episódio falta e preparo das tropas para policiar as ruas: “Se houve erro, as Forças Armadas é que devem reavaliar a operação”, opinou. Para o Ministro da Casa Civil, José Dirceu, a morte de Frederico não representa um obstáculo à permanência das Forças Armadas nas ruas do Rio: “Não vejo por que aquela tragédia que aconteceu com o professor possa significar que as Forças Armadas não devam e não possam fazer ações como essa, de emergência”, afirmou. Os parentes de Frederico discordam: “Meu irmão foi assassinado covardemente com uma bala de grosso calibre. Se houve negligência, imperícia ou imprudência, espero que a Justiça seja feita”, afirmou Tiago Branco de Faria, irmão de Frederico. O corpo do professor Frederico de Farias foi enterrado na quarta-feira (05). (Jornal do Brasil – Rio – 06/03/03; Correio Braziliense – Últimas – 07/03/03)

Colunas comentam presença das Forças Armadas no Rio de Janeiro

Em coluna publicada no jornal O Globo, o jornalista e escritor Elio Gaspari classificou como “demagógica e inepta” a atitude de se colocar o Exército nas ruas do Rio para reforçar a luta contra a violência. Para ele, citando o ex-Ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, os militares não foram “treinados para colocar algemas”. Gaspari afirmou ainda que “dona Rosângela Matheus” (a prefeita do Rio) “tem uma polícia que deixa entrar cem celulares e um *laptop* em Bangu I. Esse é o nome do problema. O Exército não é o nome de sua solução”. A coluna “Informe JB” afirmou que é quase certa a permanência do Exército no Rio de Janeiro depois do Carnaval, o que já estava previsto no rol de medidas anunciadas pelo governo na semana passada, mas que, de qualquer maneira, os militares não devem ficar no Rio por mais de 30 dias. Na coluna “Poder dissuasório”, a colunista Eliane Catanhêde afirmou que a decisão de manter o Exército nas ruas do Rio além do Carnaval está promovendo uma divisão no governo: o ministro da Casa Civil, José Dirceu, seria mais favorável a medidas enérgicas; o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, mais inclinado à discordar do uso do Exército, e José Viegas, Ministro da Defesa, partidário de uma saída intermediária. Catanhêde apontou que, a despeito das cisões governamentais, a situação é grave e o combate à violência no Rio exige medidas imediatas e efetivas. Ela afirma ainda que não é o caso de “soldados fardados” subirem morros “atrás de papalotes de cocaína, nem buscando delinqüentes debaixo de camas de casa e em barracos”, mas que o Exército pode colaborar de três maneiras: na inteligência, ou por meio do “poder inibidor” moral das Forças Armadas,

impondo respeito pela autoridade, e impedindo o vazamento de armas pelas fronteiras. Para a colunista, aparentemente o presidente Lula permite os conflitos entre os ministros para “usar seu poder não só de voto de Minerva mas de comandante-em-chefe das Forças Armadas. (O Globo – Colunas – Elio Gaspari – 07/03/03; Jornal do Brasil – Colunas – Informe JB – Doca de Oliveira (interina) – 07/03/03; Folha de S.Paulo – Opinião – Eliane Catanhêde – 07/03/03)

Ex-Ministro critica uso das Forças Armadas para policiamento

O Ex-Ministro da Marinha, ex-secretário de Assuntos Estratégicos e almirante da reserva Mário César Flores criticou a manutenção das Forças Armadas nas ruas do Rio. Para Flores, o uso das tropas federais em policiamento preventivo é inadequado: “A responsabilidade constitucional [pela segurança] é dos governadores. Parece que tentam tornar a União cúmplice dessa situação e vão acabar conseguindo, na opinião pública, e na mídia, transferir a responsabilidade maior para o governo federal”. O almirante criticou ainda os meios de comunicação, que, segundo ele, insistem na presença das tropas nas ruas: “Há uma tendência em enfatizar a presença da força federal, que é diminuta diante da estadual”. A respeito das pesquisas de opinião pública que mostram que a maioria se sente segura com a presença do Exército, Mário César Flores apontou falta de conhecimento por parte da população: “O povo pensa que a presença do Exército, das Forças Armadas nas ruas é um milagre que vai lhe dar segurança. Isso não é verdade. A alteração do grau de segurança é pequeno”. O ex-ministro ressaltou ainda que o Exército não é preparado nem equipado para a atividade policial: “A idéia que se tem do trabalho do Exército é de usá-lo contra um inimigo – e quando se trata de inimigo, o que se procura é destruí-lo. No caso da atividade policial, isso não é exatamente assim. Você está agindo num cenário que tem delinqüente, mas também tem gente que não é delinqüente”. O almirante afirmou que o soldado é chamado para um tipo de atuação incompatível com sua doutrina e formação, e que entre as possibilidades de erro na ação das tropas federais nas ruas está o incidente da morte do professor Frederico Branco de Faria. (O Estado de S.Paulo – Cidades – 07/03/03)

Estados Unidos querem Exército contra o tráfico na América Latina

O Pentágono delineou os fundamentos de uma nova doutrina de segurança regional e está propondo uma redefinição da missão das Forças Armadas no continente. “Em 2003 e no futuro previsível, a ameaça para cada um dos nossos países não é a força militar dos países adjacentes ou de alguma potência estrangeira invasora”, afirmou James Hill, chefe do Comando Sul das Forças Armadas dos EUA, numa conferência reservada sobre segurança regional promovida pela Organização dos Estados Americanos (OEA). “A ameaça de hoje é o terrorista, o narcotraficante, os traficantes de armas, o forjador de documentos, os chefões do crime internacional e quem lava dinheiro”, afirmou o general. O oficial americano apontou a existência de vínculos diretos entre os “terroristas” do narcotráfico e de grupos radicais islâmicos que operam em vários países da América do Sul. Ele disse que tais grupos atuam “nos espaços não governados” da região e aconselhou os governos a “removerem” os impedimentos legais existentes em vários países - entre eles, o Brasil - para a participação dos militares em atividades de polícia.

"Precisamos reavaliar nossas Forças Armadas, de segurança e os acordos coletivos, de forma a aumentar a cooperação", disse Hill. "Eu jamais diria que a época para a função militar tradicional (no hemisfério) passou, mas ela seguramente precisa evoluir para derrotar as ameaças do século 21", afirmou Hill. "Precisamos ter a coragem e a honestidade para avaliar como nossas Forças Armadas são configuradas, treinadas e equipadas - e, mais importante, quão bem elas se comunicam com os serviços-irmãos e com outras forças de segurança nos países vizinhos e como se apóiam mutuamente", disse o general. Hill informou que o governo dos EUA e o Comando Sul estão trabalhando em iniciativas para promover esse tipo de cooperação entre as Forças Armadas da região. A colaboração entre os militares e as forças policiais e os serviços de alfândega são um elemento da estratégia, segundo ele. Hill entende que o Brasil não pode ignorar a dimensão da ameaça, pois, além de rota do tráfico internacional de cocaína, o País já seria hoje o segundo maior consumidor mundial da droga, depois dos EUA. Essa informação não figura do relatório anual sobre o tráfico de drogas ilícitas divulgado ontem pelo Departamento de Estado, mas a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de mobilizar o Exército para garantir a segurança do Rio durante o Carnaval certamente será usada pelo Pentágono em defesa dos argumentos apresentados por Hill. Embora a Colômbia seja o exemplo mais vivo dessa ameaça, o general disse que "os narcoterroristas e outros grupos armados ilícitos operam no sul do Panamá, no norte do Equador, no sul do Peru, em partes da Venezuela e na área da tríplice fronteira; eles estão envolvidos em seqüestros na Venezuela, Equador e Paraguai e contrabandeam armas e drogas no Brasil, Suriname, Guiana, México e Peru". Segundo Hill, esses grupos usam as mesmas rotas e infra-estrutura do contrabando de drogas, armas, imigrantes ilegais e outras atividades ilícitas, que incluem um mercado crescente de passaportes e vistos falsos. Esse tal mercado seria alimentado por narcoterroristas e grupos islâmicos radicais associados ao Hamas, ao Hezbollah, ao Al Gammaat e outros, afirmou o general americano. Segundo ele, "é fato, não especulação, que a venda de drogas e a lavagem de dinheiro financiam operações terroristas no mundo inteiro". "As Forças Armadas (da região) precisam, dentro de seus limites legais e constitucionais, apoiar e cooperar com as agências policiais no combate às drogas e a outras ameaças transnacionais", afirmou o general americano. Quanto a essa possibilidade, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse que "os americanos, até hoje, não pediram nada a esse respeito", mas não descartou a possibilidade de o governo brasileiro avaliar a idéia. (O Estado de São Paulo – Nacional – 04/03/03; O Estado de São Paulo – Nacional – 06/03/03)

Deputado quer tirar Alcântara da pauta Congresso Nacional

Em ofício encaminhado ontem a autoridades do Executivo e do Legislativo, o deputado João Alfredo (PT-CE) solicita que o governo federal retire da pauta do Congresso Nacional o acordo que permite que os Estados Unidos utilizem a Base de Lançamento de Alcântara, no Maranhão. O documento seguiu para os ministros da Defesa, José Viegas, e das Relações Exteriores, Celso Amorim, e para o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP). Também foi endereçado ao líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), e na Câmara, deputado Aldo Rebelo (PC do B - SP), e ao líder do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara, Nelson Pellegrino (BA). O acordo entre o

governos do Brasil e dos EUA foi celebrado em 18 de abril de 2000, mas depende de apreciação do Congresso para ser efetivado. A matéria foi avaliada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e teve como relator o então deputado Waldir Pires (PT-BA), hoje Controlador-Geral da União. Após a realização de várias audiências públicas, a Comissão aprovou o parecer do relator, que impôs restrições ao acordo por considerá-lo "inaceitável e lesivo à soberania nacional". Segundo o parecer de Pires, o acordo criaria obrigações exclusivas para o Brasil e impediria que o governo brasileiro tivesse controle sobre áreas do Centro de Lançamento de Alcântara. Outro ponto criticado é a previsão de inspeções realizadas pelos representantes americanos sem aviso prévio ao governo local. O parecer do relator ainda afirma que o acordo original proibiria o Brasil de aplicar os recursos do aluguel pelo uso da base no seu próprio programa espacial e para desenvolver seu veículo lançador de satélites. "O acordo inviabiliza a nossa autonomia e coloca nossa política nacional de desenvolvimento de atividades espaciais na órbita dos interesses estratégicos dos Estados Unidos", alega o deputado João Alfredo no ofício. A matéria encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, para deliberação. (Jornal do Brasil – Brasil – 05/03/03)

Presidente da Colômbia em busca de apoio contra o narcotráfico e mais cooperação

O presidente da Colômbia, Alvaro Uribe, chegou ao Brasil neste dia 05 para uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a ser realizada no dia 07. No encontro, eles pretendem ajustar a intensificação do combate ao narcotráfico e ao terrorismo, que ameaçam a região de fronteira. Lula e Uribe têm como principal objetivo dar "maior vigor" à coordenação na repressão aos crimes. É a primeira visita oficial de Uribe a Brasília. O presidente colombiano foi convidado por Lula para discutirem temas como "integração física, comércio, meio ambiente e segurança da fronteira". Uma dessas medidas seria a revitalização do acordo entre o Brasil e a Colômbia para uso de informações captadas pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), que opera desde 2002 por meio de radares e permanente patrulhamento aéreo da região. O governo colombiano tem manifestado interesse nas informações do Sivam para dispor de mais instrumentos no combate aos traficantes e a grupos terroristas e na identificação de zonas de plantação de cocaína e laboratórios de processamento da droga. O sistema já emitiu dados que permitiram que forças policiais e militares destruíssem pistas clandestinas de aterrissagem na Amazônia. Desde o ano passado, quando o Sivam começou a funcionar, o Brasil ofereceu aos países vizinhos a possibilidade de compartilhar as informações obtidas pelos radares e sistemas eletrônicos, porém nenhum governo respondeu à oferta, pois o uso destas tem custos de operação. O ministro da Justiça brasileiro, Márcio Thomaz Bastos, destacou que órgãos de segurança intensificaram a ação contra o narcotráfico porque quadrilhas nacionais e internacionais ampliaram suas atividades em centros urbanos, como o Rio de Janeiro. Além da intensificação do controle sobre a atuação da guerrilha na fronteira, a visita serviu para discutir uma possível "cooperação" do Brasil em uma negociação de paz entre o governo do país vizinho e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). O governo colombiano não espera que o Brasil classifique formalmente as Farc como uma organização terrorista. "A declaração não é tão importante. O que nos interessa

são as ações concretas na luta contra o terrorismo e o narcotráfico”, afirma o embaixador da Colômbia no Brasil, Jorge Henrique Garavito. Segundo o embaixador, o governo colombiano considera por ora satisfatório o apoio explícito dado pelo Brasil às resoluções da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA), aprovadas no mês passado, que condenam com veemência atos terroristas praticados pelas Farc. Em entrevista à rede de televisão BBC, o comandante das Farc, Pastor Alape disse que não acredita que o Brasil assinará declaração considerando seu grupo terrorista. “Os governantes do Brasil, da Venezuela e do Equador têm mantido uma posição séria, democrática, independente e respeitável (em relação ao conflito colombiano)”, afirmou Alape. E, de acordo com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o Brasil não tem como fazer essa classificação, pois não mantém uma lista de organizações desta natureza. Em um pronunciamento ao final do encontro, Lula considerou a reunião muito produtiva e afirmou que o governo brasileiro pretende transformar a relação sentimentalista com a Colômbia em uma parceria efetiva, e, para o presidente colombiano, o encontro marca o início de um diálogo concreto necessário à coordenação e o fortalecimento das relações políticas entre os dois países. (O Estado de São Paulo – Nacional – 04/03/03; Correio Braziliense – Últimas – 04/03/03; O Estado de São Paulo - Nacional – 05/03/03; O Globo – O Mundo – 05/03/03; O Estado de São Paulo – Nacional – 06/03/03; Correio Braziliense – Brasil – 07/03/03; Correio Braziliense – Últimas – 07/03/03; O Globo – Opinião – 07/03/03; O Globo – O País – 07/03/03; Jornal do Brasil – Brasil – 07/03/03; Jornal do Brasil – Política – 07/03/03; Jornal do Brasil – Internacional – 07/03/03; Folha de São Paulo – Mundo – 07/03/03; O Estado de São Paulo – Nacional – 07/03/03)

Colin Powell pede ajuda financeira para a Colômbia

O secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, pediu no último dia 06 ao Senado dos Estados Unidos a aprovação de ajuda financeira de US\$ 731 milhões para a Colômbia e os países vizinhos do maior produtor de cocaína do mundo, entre eles o Brasil. “Esse recurso ajudará o presidente colombiano Álvaro Uribe a executar sua campanha contra os terroristas e o narcotráfico”, justificou Powell na subcomissão de Comércio, Justiça e Estado do Senado. “Queremos garantir a democracia, ampliar a segurança pública, restaurar a prosperidade econômica da Colômbia e evitar que os narcoterroristas estendam a insegurança pela região andina”, disse. (Correio Braziliense – Mundo – 07/03/03)

Avião da Força Aérea Brasileira cai no Estado de Goiás

O Comando da Aeronáutica divulgou que o acidente ocorrido, no dia 07, em Anápolis (Goiás), envolveu uma aeronave F-103 Mirage da Força Aérea Brasileira (FAB), pertencente ao Primeiro Grupo de Defesa Aérea, sediado na Base Aérea daquele município. Segundo o comunicado, o piloto realizava vôo de instrução de combate quando uma falha mecânica provocou a perda de altitude da aeronave logo após a decolagem. O Tenente-Aviador Ricardo Cabral da Silva ejetou-se da aeronave e nada sofreu. O Comando da Aeronáutica já iniciou as investigações para apurar, em detalhes, as causas do acidente. (Jornal do Brasil – Tempo Real – 07/03/03)

Nota: Em razão do feriado de Carnaval o **Informe Brasil** não veiculará nesta semana as notícias referentes aos dias 1, 2 e 3 de março.

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand e Adele Godoy, bolsistas CNPq/Pibiq, e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo